

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA. Alênio Carlos Noronha Alencar - COORDENADOR DA CPHC - COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECULTFOR. Maria Clélia Lustosa da Costa - MEMBRO TITULAR DO IHGAC - INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ. Ivone Cordeiro Barbosa - MEMBRO TITULAR DA UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Euler Sobreira Muniz - MEMBRO TITULAR DA UNIFOR. Altemar da Costa Muniz - MEMBRO TITULAR DA UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Maria Águeda Pontes Caminha Muniz - MEMBRO TITULAR DA SEUMA - SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA. José Ramiro Teles Beserra - MEMBRO TITULAR DO IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Elpídio Nogueira Moreira - MEMBRO SUPLENTE DO CMF - CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Miguel Rocha Nasser Hissa - MEMBRO TITULAR DA PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Augusto César Chagas Paiva - MEMBRO TITULAR DO IAB - INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL - SEÇÃO CEARÁ. Carlos Josué de Asis - MEMBRO SUPLENTE DA AGB - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS DO BRASIL - SEÇÃO CEARÁ. Ana Paula Gomes Bezerra - MEMBRO SUPLENTE DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Pedro Bruno Amorim e Vasconcelos - MEMBRO TITULAR DA OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO CEARÁ. Francisco Fábio Oliveira Souza - MEMBRO SUPLENTE DA SECULT - SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ. Maria do Socorro Araújo Câmara - MEMBRO SUPLENTE DA SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ. João Salmito Filho - MEMBRO SUPLENTE DA SETFOR - SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA.

*** **

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA - COMPHIC - 07/08/2014. Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, às 9 (nove) horas, na sede da SECULTFOR, à Rua Pereira Filgueiras, número quatro, Centro, Fortaleza/Ceará, foi realizada a 60ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR. O senhor Magela Lima, Secretário de Cultura e Presidente do COMPHIC, presidiu a Reunião. Este, após comprovar a existência de quórum, deu início à Reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros, conselheiras e convidados. Em seguida leu a pauta da ordem do dia: Expediente: 1) Apresentação do Parecer sobre impugnação do Processo de Tombamento de Colégio Marista Cearense 2) Apresentação do Projeto Fortaleza 2040 3) Apresentação dos Projetos com o IEPRO (Projeto de Inventário dos Bens Materiais e Imateriais de Interesse Histórico e Cultural de Fortaleza e Programa de Regularização Patrimonial). A reunião tem início com o Presidente Magela dando as boas vindas a todos e pedindo para antes de entrar na pauta dar alguns informes da Secretaria. Apresenta as mudanças ocorridas na CPHC - Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural que resultaram de demandas externas e estratégias internas, onde o Eugênio Moreira, articulador-arquiteto da Célula de Patrimônio Material e o Vinicius Frota, gerente da Célula de Patrimônio Imaterial passaram em concursos externos para professor e estarão começando novas jornadas; o professor Alênio Carlos estará assumindo 2 projetos que serão apresentados na reunião, que serão em parceria com o IEPRO e no lugar dele na Coordenação de Patrimônio estará assumindo o professor Jober Pinto e que já participará dessa reunião. No lugar do Vinicius está assumindo a Graça Martins, que já trabalha na Coordenação dentro do Imaterial e no lugar do Eugênio estará entrando a Indira Gurgel que também é arquiteta, devido a especificidade do trabalho que realiza. A pauta inicia-se pela apresentação do

parecer sobre a impugnação do Processo de Tombamento de Colégio Marista Cearense. O presidente pede que João apresente e contextualize este, dando datas e informando em que situação o mesmo se encontra e comunica, ainda, que o processo se encontra sobre a mesa para quem quiser olhar. João explica que o processo foi aberto, foi notificado o proprietário, os mesmos entraram com um pedido de impugnação e a Coordenação fez o parecer sobre a impugnação, onde esta entende que o processo deve ser continuado. O presidente pede para abrir o parecer e explica que pediu essa contextualização porque esse processo já entrou, saiu de pauta e retornou novamente. Aproveita, o momento e apresenta a representante da SEUMA, a senhora Eveline Brandão, que é a Secretária Executiva da mesma e que hoje está participando pela primeira vez. O presidente dá continuidade a pauta e pede para a Dra. Melina, advogada do Colégio Marista Cearense, apresentar seus argumentos para o pedido feito. Explica que foi dada entrada em um pedido de impugnação, mas depois foi conversado com a CPHC e feito nova proposta de forma a alinhar os interesses da matenedora e o interesse de preservação do município de Fortaleza, onde foi registrada a nova proposta logo após o primeiro pedido. Pede que seja analisada a nova proposta e diz que tem a nova proposta em pdf, caso queiram que apresente. O presidente explica que formalmente o que deve ser votado é a impugnação que a mesma deu entrada, mas já coloca que a própria instituição contratou o professor Romeu Duarte que fez um estudo onde aponta para uma instrução sugerindo aquilo que era inegociável quanto ao patrimônio imaterial e aquilo que era mais importante para uma futura instrução de tombamento. Socorro pergunta se é uma análise da impugnação e o presidente responde que a própria empresa que em um primeiro momento entrou com a impugnação, voltou atrás; mas a rigor ela deve ser votada porque o processo foi aberto. O Conselho decide se aprecia ou não esse estudo que está colocado pelo professor e arquiteto Romeu Duarte. Mas relembra que primeiro deve ser votado a impugnação para depois decidir se aprecia ou não o estudo. Jacó questiona se o instituto do prof. Romeu define as áreas que devem ou não ser tombadas e o João explica que ele faz sugestões de áreas e poligonais, mas afirma que é a CPHC que fará esse processo posteriormente se aberto o processo, do qual pode aproveitar o material encaminhado por ele. Professor Altemar pergunta se a poligonal foi feita e é explicado que o processo ainda está se iniciando. João faz uma contextualização do prédio e dos espaços. Jacó acha que, se já foi proposto o tombamento, deve ser primeiro votado a não impugnação, abrir o processo e analisar a proposta feita pelo colégio. E o presidente concorda, que primeiro deve ser concluída a deliberação da impugnação para depois encaminhar o processo. Jacó lembra que após essa fase é que deverá ser discutido o que deve ou não ser tombado, pois é importante preservar um colégio que muitos estudantes cearenses frequentaram no passado, como por exemplo o Colégio Dorotéia. Jacó propõe votar o início do tombamento e depois negocia o restante. João lembra a importância do tombamento provisório enquanto se faz os estudos. Ele apresenta a todos, o processo que teve início com um pedido feito pela CAOMACE e o Vereador João Alfredo, o que gerou um 1º parecer e faz a leitura do mesmo. Lembra que muito ainda está preservado. O presidente Magela diz que a parte externa está bem preservada. Mostra a sugestão de poligonal provisória e o que o Romeu sugere como poligonal definitiva. O professor Altemar pergunta se é legalmente possível anexar ao polígono área que não é preservada e o Jacó explica como deve acontecer e sobre a figura principal preservada e seu entorno. João ressalta que por isso acha que deve ser feito o tombamento provisório enquanto se iniciam os estudos. Continua dizendo que a legislação dá 6 (seis) meses para a conclusão dos estudos e que sugere uma poligonal maior para que nesse período não se construa nenhum prédio próximo, que possa atrapalhar a visão e/ou ambiência. Magela lembra que a poligonal pode ser reduzida ou ampliada, de acordo com os estudos realizados. Ressalta, ainda, que é importante ter clareza do que é indiscutível quanto à paisagem, que é a vista que se tem da Duque de Caxias. Professor Altemar é a favor do tombamento da fachada e sugere

re que nos pareceres da CPHC deveriam ser colocados os benefícios deste, para os proprietários, como as linhas de financiamentos, por exemplo, visando quebrar a má impressão sobre o mesmo. Fala que a intenção do tombamento não é desvalorizar o patrimônio da pessoa e sim valorizá-lo como acontece em muitos locais do mundo. Lembra ainda que em outras reuniões já foi falado sobre a questão do direito de construir e da proposta que fizeram em alterar a lei do tombamento, visando diminuir esses desgastes. O senhor Osmídio, da PGM, fala que existe um processo na CMF para modificação da lei, que tentou trazer para a reunião mas não conseguiu. O presidente lembra que essa questão da transferência do direito de construir, em Belo Horizonte é estratégico para a sobrevivência da política cultural da cidade como um todo e que é uma grande fonte de recurso para a Fundação de lá, que não é a Secretaria. Osmídio continua dizendo que seria interessante propor uma audiência pública quando a mesma estivesse mais consolidada. Dra Melina fala que a instituição tem outros imóveis tombados, por isso entende a importância da preservação e está aberta para qualquer negociação. O presidente pergunta se eles já sabem como vão ocupar o prédio, pois ouviu dizer que seria com uma faculdade, no caso Farias Brito e a advogada disse que ainda não sabia. O presidente diz que o Roberto Cláudio tem uma ideia de concentrar todos os equipamentos públicos de Fortaleza, no centro da cidade com o intuito de requalificação do centro. Se fala que houve uma intenção de aproveitar a Estação João Felipe como estação do metro, mas não deu certo devido as raízes das árvores do passeio público e que então a mesma será na Sé. Voltando ao assunto inicial, o presidente para abrir a votação já com os devidos encaminhamentos. Sendo assim a pergunta seria: acata-se ou não o parecer com a proposta, enquanto o estudo está sendo feito, de preservar o prédio como está e não só a parte da frente? E por unanimidade o conselho abre os estudos para o processo de tombamento do Colégio Marista Cearense com as devidas observações que trás o parecer. O professor Altemar pergunta sobre o parecer feito para o projeto de requalificação da Beira Mar que estava em pautas anteriores e não voltou mais para pauta e solicita a ata da votação do Edifício Jangadas do Mucuripe. O presidente diz que pode recuperar a ata, mas fala que o Conselho não acatou analisar a proposta da CPHC sobre possíveis constatações, pois analisaria o tombamento que já estava colocado e pediu novamente, primeiramente, o embargo da obra. Quanto ao projeto da Beira Mar, as observações feitas pela CPHC foram acatadas pelo órgão que está tocando o projeto, no caso a SETFOR e por isso saiu da pauta. Fala que as atas deverão ser encaminhadas por e-mails para correções de cada conselheiro e feitas as alterações. Elas devem ser aprovadas e publicadas. Caso seja necessário, poderá realizar uma reunião extraordinária só para resolver essas atas. Dando continuidade a pauta ele já agradece a presença da Lia Parente, do Instituto de Planejamento, e diz que a mesma irá apresentar um projeto desenvolvido pela Prefeitura de Fortaleza, chamado: Fortaleza 2040 e que a ideia dessa apresentação é que o Conselho possa ficar sabendo desse projeto e colaborar da melhor forma possível. Lia Parente tem a palavra e inicia sua fala dizendo que esse projeto teve início no ano passado, logo que começou a gestão do prefeito Roberto Cláudio. Ela explica que o projeto tem como objetivo elaborar um plano estratégico para Fortaleza, integrando o desenvolvimento físico-territorial ao desenvolvimento social, econômico; articulando a discussão da cidade sob os diversos olhares e setores, territórios e esferas de governo. Ela ainda explica mais detalhes do projeto para todos e que ele foi montado pensando no tempo da gestão, ou seja, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos. O presidente tem a fala e diz que é importante para o patrimônio ter esse olhar mais alargado, porque as pessoas são presas a uma Fortaleza original. Cita o José Walter como um conjunto habitacional histórico para a evolução da cidade, ele pouco lembra o formato que ele tinha no passado, do ponto de vista material ele é totalmente diferente do que foi na década de 60. Lia comenta que as evoluções foram muito rápidas. Tanto o Professor Altemar quanto a Clélia ressaltaram que sentiram falta de ver envolvida a cultura. Professor Altemar faz ainda

algumas críticas: primeiramente coloca a falta do historiador e acrescenta que tanto na UFC e na UECE existem bons trabalhos em monografia que trazem o tema do imaterial e do material e que poderia colaborar. Fala que arquiteto não é historiador, que sentiu falta de profissionais da área de história na elaboração dos projetos como o Fortaleza 2040 e lembra, ainda, que mesmo em outros projetos que tramitam na CMF como o da reforma da lei, a prefeitura nunca convidou o COMPHIC para dar suas contribuições. Essas discussões que falam sobre a cidade deveria passar ou convidar este conselho para que assim possam auxiliar. Fala ainda que se deve trabalhar a educação patrimonial desde a publicação de livros e cartilhas para as crianças até os livros para os jovens. Cita o exemplo que viveu com o filho, onde a partir de um livro que contava a história da Galinha Choca, ele quis conhecer a mesma. Diz que seria importante a presença da SEDUC nas reuniões para entender a importância da cultura nas escolas e lembra, também, que achou interessante a questão do levantamento da memória dos bairros e disse ainda que o professor João Paulo Vieira tem uma ONG que se chama Historiando e que desenvolve um trabalho interessante em comunidades quilombolas, pescadores e pessoas que sofrem com a especulação imobiliária e que trabalham com a perspectivas da criação de museus comunitários formados pela comunidade. Fala que as pessoas têm uma imagem do COMPHIC como um monte de xitas, não capitalistas que não querem o desenvolvimento da cidade, mas que é exatamente o contrário, pois por amarem muito a cidade, querem preservá-la. Parabeniza o trabalho e se coloca a disposição para auxiliar no plano. O presidente diz que entende que a dinâmica desse projeto é bem maior que a Secultfor e que as angústias são grandes, mas que o Prefeito Roberto Cláudio criou um ambiente na prefeitura para cuidar da cidade, através do INPLAFOR, que cuida desse projeto e está na responsabilidade do Eudoro Santana. A Secultfor assim como os Conselhos que estão ligadas a ela, pode sim colaborar, mas precisa ser apresentada a metodologia de trabalho que está sendo pensada. O convite feito para o INPLAFOR estar presente nesta reunião, foi para que todos possam conhecer e contribuir para este projeto. Socorro diz que sentiu a ausência dos sociólogos que muito podem contribuir com a parte social, das relações sociais, pois percebe-se muito a presença de arquitetos. Lia Parente contrapõe que existem muitas pessoas que estão trabalhando nesse projeto e que não estão com seus nomes na revista apresentada. Diz que tem um HD com tudo o que tinha na época em que trabalhou no patrimônio, pois quando saiu tudo que tinha nos computadores foi deletado, logo que mudou a gestão. Volta em seguida a falar do projeto e das pessoas que os formaram. O professor Altemar fala de uma linha que têm no mestrado da UECE, chamada de Práticas Urbanas que faz um estudo da cidade e que tem um projeto que foi agraciado com o recurso do FINEP/CAPES e através de uma parceria com a PUC do Rio Grande do Sul. Gostaria que esse material fosse disponibilizando tudo on line de modo que não ocorra novamente esse apagão que houve na mudança da gestão. Magela diz que, quanto mais forte ficar o plano é a certeza de continuidade. Otávio pergunta por que se pensou em 4 (quatro) anos e não em 5 (cinco) anos para ficar no ano de transição. Lia responde que pela questão da integração das gestões e pelo tempo da gestão. Otávio volta no assunto que se falou sobre os arquivos deletados e lembra que na época da Claudia Leitão o IEPRO estava desenvolvendo um trabalho, durante 4 (quatro) anos e no 5º (quinto) ano, só entregou 40% deste. Lia discorda e Magela já interrompe dizendo que isso não faz parte da nossa alçada, pois aconteceu em outra gestão. Clélia diz que isso só não acontece muitas vezes por causa de funcionários antigos que ainda permanecem no cargo e que sabem a importância de guardar certos documentos. Jacó coloca que a questão de se ter muita gente para trabalhar em forma de consultor, faz com que as coisas se percam, pois estes não têm interesse em preservar, isso só acontece com aqueles que realmente são funcionários. Lia coloca que se sabe que, quem costuma mesmo preservar são os funcionários e que se sabe, também, que a Prefeitura tem muitos terceirizados e comissionados e que poucos são estatutários. E lembra que faz tempo

que não tem concursos e que os poucos funcionários que existem já estão se aposentando. Magela lembra que a Secult, mesmo sem concurso, tem agora uma promessa para concurso para um quadro, mesmo que mínimo de pessoas. E que a promessa é que saia ainda este ano. Devido o adiantar da hora, o presidente agradece a presença da Lia e coloca o COMPHIC e a SECULTFOR a disposição para contribuir no que for necessário. Em seguida ele segue para a próxima pauta que será a apresentação de 2 (dois) projetos que a Secultfor estará desenvolvendo com o IEPRO e pede para que o Alênio os apresente, pois este será o coordenador dos 2 projetos. Alênio tem a palavra e inicia se apresentando e agradecendo o tempo que esteve como Coordenador da CPHC. Começa sua apresentação pelo projeto do Inventário. O Magela pede para falar e explica que os 2 projetos que serão desenvolvidos com o IEPRO nascem de um diagnóstico que a Secultfor faz da situação da política do patrimônio no âmbito municipal, o cenário que identificamos, que problemas estão dados e o que a gente precisa fazer para solucionar. São mecanismos de avanço para que a gente sane problemas que estamos acostumados a viver. O Alênio estará detalhando, mas tudo será feito a partir de um diagnóstico que foi feito. Com isso, Clécia sugere que ele coloque no objetivo que já existe parte de um trabalho que será incorporado ao projeto e atualizado. Alênio diz que será incorporado o que já foi produzido, mas que no formato que será apresentado ainda não existe. Durante a apresentação o Vereador Elpidio pede licença e diz que terá que sair para ir a Câmara e faz um parêntese sobre o projeto do Fortaleza 2040 e sabe que é um projeto preliminar. Mas lembra que fez um trabalho na avenida Dom Luis sobre as calçadas e que entregou ao prefeito visando melhorar, pois tem pontos que não dá nem para passar. Quanto a questão do termo usado "xiita" foi usado porque falaram de capitalismo, que as ações em Fortaleza são feitas no imediatismo e, enfim, esse projeto do INPLAFOR vem para mostrar que a prefeitura tem sim uma preocupação com a cidade e que as ações não podem parar por conta de ser ano eleitoral. O professor Altermar elogia a presença do vereador na reunião do COMPHIC, pois outros não apareciam. Alênio retoma a explicação do projeto. Magela pede a fala novamente e complementa que esse material é para que as pessoas que fizerem a CPHC do futuro tenham em mãos material para poder desenvolver as políticas de cultura. Lia levanta a questão da metodologia de mapeamento que foi feito pelo MINC e que pode passar para o Alênio. Explica ainda a forma utilizada para o processo de seleção do IEPRO. Ao terminar o projeto do Inventário, Alênio prossegue com a apresentação do projeto da Regularização do Patrimônio, que vem como uma forma de aprofundamento e que irá auxiliar nos 66 (sessenta e seis) processos que estão em aberto e que tramitam desde 2007. Explica a situação desses processos, sobre a metodologia que será utilizada e que para isso terá o auxílio de formulários do IPHAN. Socorro pede para conhecer os formulários e as ferramentas que serão usadas. Alênio coloca que o João e o Vinicius já apresentaram alguns formulários para compor o projeto. Professor Altermar diz que o Pepe já tem um inventário da arquitetura de Fortaleza. Magela diz que é um estudo pessoal dele sobre o centro e que a Prefeitura pode adquirir, mas que não tem nada na Secultfor. Magela diz que conhece e sabe da existência do material, mas tem que saber a forma legal de adquiri-lo. Otávio coloca que na COPARH tem 3 (três) desses livros escaneados e não tem mais o cd. Clécia pergunta se ele não foi contratado pelo estado para fazer isso. O presidente diz que ele foi contratado para fazer um trabalho, fez algo maior e queria ser remunerado por esse trabalho maior, mas nunca se chegou a um acordo. O professor Altermar fala, também, do patrimônio imaterial que precisará priorizar algumas coisas e sugere os estaleiros que ficam próximo a Igreja de São Pedro e que existem desde o período colonial, resgatar os trabalhos do Maracatu e da Festa de São Pedro que já existem; enfim usá-los como forma de reduzir custos. No final da gestão passada foi feitas as ZPH que poderiam ser resgatadas. Lembra que a Jacarecanga foi considerada uma Área de Relevante Interesse por esse Conselho e esta seria uma área que poderia ser priorizada por causa da grande es-

peculação imobiliária. Pergunta se no caso de ter 63 (sessenta e três) projetos abertos, fazer uma "limpeza de gaveta" seria uma boa opção. E o presidente responde que é isso mesmo que esses projetos irão fazer. Diz que qualquer processo nesta Secretaria é falho, pois qualquer advogado contesta os mesmos, pois a análise é feita não pela ótica do direito cultural e sim pelo aspecto processual e assim são facilmente derrubados, por serem falhos. E não tem como dizer que não são frágeis. Anos e anos tombados provisoriamente são facilmente derrubados por qualquer advogado, pois a lei nos dá 6 (seis) meses para concluir a instrução de tombamento. Disse, ainda, que enquanto secretário, tem como política zerar os processos, pois vive vulnerável aos procedimentos administrativos. Quer regularizar os 63 processos existentes, mesmo que não tombe nenhum bem nesta gestão, mas passará para o próximo gestor tudo organizado sem nenhum risco administrativo. É fundamental que se conclua. O professor Altermar lembra que em uma conversa com o João Paulo este deu uma ideia para criar uma forma dos usuários do sistema alimentá-lo a partir das manifestações que vivenciarem em um determinado lugar, atualizando-o se estiver diferente do informado. Lógico que tendo uma avaliação antes da inserção dos dados para averiguar a veracidade da informação. O presidente retoma a palavra e diz que isso poderia ser um segundo passo. Acrescenta que por intelectualmente transitar por uma área que é feita pra acabar, que é o Teatro, onde as lembranças ficam guardadas na memória, tem uma preocupação muito grande com o registro, como por exemplo a Festa de Iemanjá, que ainda não está regularizada. É algo que se precisa avançar. Otávio tem a fala e diz que o tempo da instrução na Secult é de 1 (um) ano e mesmo assim não consegue atualizar tudo o que tem. Alênio lembra que 90% dos processos são da materialidade e pouquíssimos da imaterialidade. Ana Paula pergunta se serão levantadas as questões arqueológicas, pois muito desse material fica com instituições privadas ou até mesmo com os próprios arqueólogos. Alênio diz que isso não é de competência da Secultfor, pois exige escavação, dentre outros processos e que somente o IPHAN pode responder por isso. Vitor Studart, advogado da Secultfor, fala que se pode fazer o registro dos locais onde existem os acervos arqueológicos, mas trabalhos mais detalhados nessa área vão para o IPHAN. Otávio disse que tudo que foi levantado de arqueológico, está na casa de particulares ou em escolas, como no caso de Mauriti. Jacó fala que a parte arqueológica é complicada, pois não pode estar na casa de ninguém e que aqui no Ceará por não ter um curso de arqueologia talvez se percam ou vão para outras universidades que o têm, pois geralmente elas os guardam. O IPHAN dentro do pouco que tem feito está pensando em ter um local "Centro de Arqueologia" na nova área. O ideal era manter tudo nos seus locais de origem, mas vão começar por esse Centro. O professor Altermar sugere começar pelo Centro e Jacarecanga, pois são áreas críticas por causa da especulação imobiliária. Ana Paula coloca que deve começar pela Jacarecanga, exatamente por causa das especulações imobiliárias. O presidente diz que não se pode mais mudar o plano de trabalho e o professor Altermar sugere que se comece por essas 2 (duas) áreas que devem ser priorizadas. O presidente pede para deixar registrado em ata que se priorize essa 2 (duas) áreas e mais o imaterial. Jacó coloca que a metodologia do IPHAN já foi testada para algumas áreas, tem várias temáticas e tem ainda um plano bem definido para atuar. Alênio diz que está pensando na cidade como um todo, mas tem um mapeamento. Lia fala que o inventário é algo mais vertical, enquanto o mapeamento é mais complexo. O presidente Magela lembra o caso da Praça Portugal e que Fortaleza só tem 2 (duas) praças tombadas, o Passeio Público e a Praça dos Leões, no universo de mais de 400 (quatrocentas) praças. Professor Altermar lembra que em Jacarecanga e no Centro já tem algo iniciado e que geralmente as pessoas só correm atrás quando está em iminente demolição. Seria interessante que os gestores dos órgãos tomassem ciência da importância desses trabalhos para não darem autorização de demolição a prédios que estão provisoriamente tombados. Magela fala que esses trabalhos são essenciais. ENCAMINHAMENTOS: 1. Iniciar os estudos do Colégio Marista Cea-

rense para possível tombamento definitivo; 2. Recuperar a ata e os encaminhamentos do parecer sobre o Edifício Jangadas do Mucuripe; 3. Encaminhar o parecer da Beira Mar para os conselheiros. Nada mais havendo a tratar, o senhor Magela Lima agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às doze horas e eu, Neysia Aguiar de Aquino, Secretária Executiva do COMPHIC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Fortaleza, 07 de Agosto de 2014. **Francisco Geraldo de Magela Lima Filho - PRESIDENTE DO COMPHIC - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA. José Jobber de Souza Pinto - COORDENADOR DA CPHC - COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECULTFOR. Maria Clélia Lustosa da Costa - MEMBRO TITULAR DO IHGAC - INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ. Altemar da Costa Muniz - MEMBRO TITULAR DA UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Eveline Maria Cordeiro Brandão - MEMBRO SUPLENTE DA SEUMA - SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA. Alexandre José Martins Jacó - MEMBRO SUPLENTE DO IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Elpidio Nogueira Moreira - MEMBRO SUPLENTE DA CMF - CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Antônio Osmídio Teixeira Alencar - MEMBRO SUPLENTE DA PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. Ana Paula Gomes Bezerra - MEMBRO TITULAR DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Francisco Otávio de Menezes - MEMBRO SUPLENTE DA SECULT - SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ. Maria do Socorro Araújo Câmara - MEMBRO SUPLENTE DA SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ.**

*** **

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA - COMPHIC - 04/09/2014. Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às 9 (nove) horas, na sede da SECULTFOR, à Rua Pereira Filgueiras, número quatro, Centro, Fortaleza/Ceará, foi realizada a 61ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR. A senhora Paola Braga, Secretária de Cultura e Presidente do COMPHIC, em exercício, presidiu a Reunião e após comprovar a existência de quórum, deu início à Reunião agradecendo a presença de todos e se apresentou a todos, justificando a ausência do Secretário Magela que encontrava-se de férias, no período de 04 de setembro a 04 de outubro do corrente ano. Relata que é a primeira vez que preside um Conselho e por não conhecer todos os conselheiros presentes, pede para que todos façam as suas apresentações. As apresentações tiveram início com o Coordenador de Patrimônio Histórico e Cultural, Jobber Pinto; seguido pela Secretária Executiva da SEUMA, Eveline Brandão; Clélia Lustosa, professora da UFC, geógrafa e membro titular deste conselho pelo IHGAC - Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; Ana Paula Gomes, historiadora e membro titular pela ANPUH; Osmídio Teixeira, membro suplente da PGM; Alexandre Jacó, arquiteto e membro suplente do IPHAN; Socorro Câmara, membro suplente da SETUR. Em seguida leu a pauta da ordem do dia: Expediente: 1) Apresentação dos resultados do Edital dos Festejos Juninos de 2014; 2) Leitura e aprovação das atas de 2014 (Janeiro a Agosto). A reunião tem início com a Presidente Paola Braga dando as boas vindas a todos e pedindo que antes de ler a pauta da reunião anterior, fosse feita a apresentação dos resultados do Edital dos Festejos Juninos, para em seguida se discutir e fazer a leitura, se necessário, de todas as atas. A conselheira Clélia Lustosa, coloca que em algumas pautas tem erros em seu nome e pede para corrigir e o conselheiro Osmídio Teixeira diz que não recebeu as atas e a presidente pede para a secretária do conselho que se verifique o e-mail que está sendo usado para enviar-lhe o material. Novamente pede que antes da leitura das atas e

suas modificações, seja feita a apresentação dos Festejos Juninos. Todos concordam e, assim, tem início a apresentação dos resultados do Edital dos Festejos Juninos, através da Gerente de Patrimônio Imaterial da CPHC, senhora Graça Martins, que fala da quantidade de grupos contemplados e os valores aportados nesse edital de acordo com as categorias definidas, da metodologia utilizada e seus resultados. Socorro Câmara aborda a questão das descaracterização das quadrilhas e questiona se a SECULTFOR dá algum tipo de orientação quanto a esse aspecto para as quadrilhas. A gerente Graça Martins responde negativamente, pois afirma que isso seria uma função da Comissão Cearense de Folclore e que a SECULTFOR apenas fomenta as quadrilhas, pois fazendo isso estaria também vetando a contemporaneidade e que devemos conviver com ela. Além desta ainda tem mais 2 (duas) entidades que devem trabalhar esses aspectos, que são a FEJUCE e a FEQUAJUCE. Com isso, tem fim a apresentação e a presidente passa para o próximo ponto da pauta que seria a leitura das atas de janeiro a agosto. Os conselheiros relatam que não receberam todas as atas e sim somente as atas de Maio, Junho e Julho. A presidente pede que sejam encaminhados novamente as atas de Janeiro e Agosto. Professor Altemar Muniz explica que normalmente aprova os encaminhamentos e coloca as modificações que tiverem, pois todos já lêem antes da reunião. Este ainda questiona se a pauta seria só leitura de atas e a senhora Socorro Câmara diz que já tinha sido feito anterior a chegada do mesmo a apresentação dos resultados do Edital dos Festejos Juninos. O professor ainda pergunta se não tinha nenhum parecer para ser aprovado e a presidente explica que ela, por ser a Secretária Executiva da SECULTFOR, está no lugar do secretário Magela Lima nesta reunião e durante o próximo mês, pois o mesmo encontra-se de férias. Por esse motivo e por não estar totalmente familiarizada com as questões que o secretário estava encaminhando, solicitou que a pauta desta reunião fosse a mais simples possível e que fossem deixados os processos para quando o mesmo retornasse. O professor Altemar Muniz porém coloca que acha interessante ser discutido neste Conselho o projeto que está tramitando na Câmara sobre o direito de construir, pois tem questões que acha prudente o COMPHIC se posicionar. Agradece o material encaminhado pelo senhor Osmídio Teixeira e levanta os pontos a serem discutidos por este Conselho como o fator de adequação; sobre os bens tombados, pois não fica claro o ponto sobre uma possibilidade da demolição destes bens por ocasião do direito de construir; enfim, essas e outras questões desse projeto que poderiam ser discutidas por este Conselho. Ressaltou ainda que o Vereador Elpidio Nogueira tinha falado da possibilidade de uma audiência pública para o debate desse tema. O senhor Osmídio Teixeira diz que no momento estão trabalhando no plano diretor e que por isso o outro tema estaria parado. Ainda diz que está sendo feita uma intervenção no projeto por parte do Conselho desde um posicionamento do mesmo na gestão passada e que só veio agora. Sugere que deve ser aberta uma audiência pública e esperava encontrar o Vereador Elpidio nesta reunião para que pudessem colocar pra ele que o COMPHIC quer participar e se posicionar sobre o assunto e que é legítima sua participação até mesmo na audiência pública. Lembra que na reunião de janeiro, conforme leitura que estava fazendo das atas, foi falado exatamente do assunto que se está debatendo na Câmara. Então finaliza deixando esta sugestão. A presidente Paola Braga lembra que os conselheiros podem encaminhar através do e-mail, sugestões de pautas, com antecedência para análise e inclusão das mesmas pelo presidente do Conselho e deixa como sugestão da próxima pauta de reunião esse projeto que está na Câmara. A presidente pergunta ao Dr. Osmídio Teixeira se o mesmo sabe qual a data para votação desse projeto de lei e o mesmo responde que tinha sido falado final de agosto, mas que o processo estava meio parado, em virtude também das campanhas eleitorais. Em seguida, a presidente dá prosseguimento à pauta e pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer na ata de 15.05.2014. O professor Altemar Muniz questiona que seu nome não está na lista para assinatura. A secretária do COMPHIC, Neysia Aguiar, lembra que na referida reunião ele